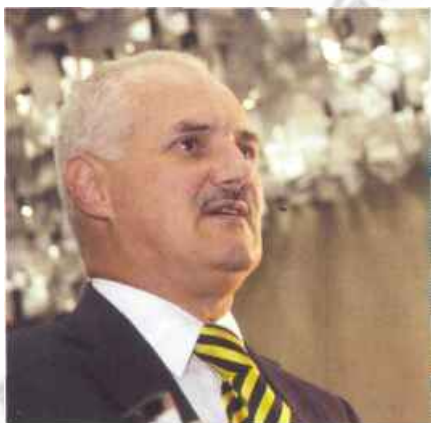


SOB A PRESSÃO DOS IMPOSTOS

A pesada carga tributária inibe a atividade de toda a cadeia agroindustrial e reduz a competitividade dos produtos brasileiros

Um dos principais motivos que impede o desenvolvimento da economia nacional, principalmente do setor agrícola, são as altas taxas de impostos que incidem sobre a comercialização de produtos. Para se ter uma idéia do tamanho do problema, só no ano passado, as taxas no Brasil chegaram a representar, em todos os setores da economia, 36,08% do PIB, com um total de 56 impostos federais, municipais e estaduais. Só no setor de alimentos, 25% do total dos custos de produção são impostos, que incluem desde tributos cobrados na fazenda, como o IR, até o ICMS, cobrado na comercialização dos produtos.

Em um encontro realizado pela Associação Brasileira de Agribusiness, Abag, ocorrido no dia 28 de maio, entre representantes governamentais e empresas especializadas em consultoria de tributos, o presidente da entidade, Cario Lovatelli, defendeu que



Plínio José Marafon: "Uma saída seria a implantação de uma única contribuição, voltada exclusivamente ao setor rural"

os impostos incidentes na produção de alimentos sejam eliminados. "Temos que ter uma isonomia de impostos em todas as cadeias produtivas do agronegócio para fomentar cada vez mais a produção de alimentos. Os impostos desaceleram o crescimento agroindustrial, e o principal prejudicado é o produtor rural", disse.

Com o objetivo de amenizar o impacto no bolso do produtor e assegurar o desenvolvimento de todas as cadeias produtivas, Lovatelli sugere que os recursos arrecadados pela cobrança desses impostos sejam diretamente direcionados para a ampliação e modernização da logística nacional, pois a demanda por alimentos está cada vez maior e que, se a produção não aumentar, deve ocorrer um déficit na balança do agronegócio. "A soja, por exemplo, está ficando cada vez mais cara e, em consequência disso, nossa competitividade tem decrescido acentuadamente, não conseguindo passar para fora da porteira da fazenda. Para reverter essa situação, devemos rever nossas estratégias", afirma Lovatelli. O presidente da Abag se refere aos altos custos de comercialização que, apesar da alta produtividade da agricultura brasileira, os valores dos produtos se perdem, em comparação com outros países, devido às altas taxas incidentes sobre os produtos, que acabam encarecendo seus preços.

Reforma lenta

Um dos impostos que mais pesa na economia nacional, principalmente no setor agrícola, é o ICMS, que só no ano passado arrecadou mais de R\$ 104 bilhões, influenciando nos custos das principais *commodities* brasileiras, como a soja e o milho. Além do ICMS, outro tributo que

vem tirado o sono do produtor rural, é o Imposto de Renda, cobrado sobre a movimentação financeira dos produtos agrícolas vendidos, que somente no ano passado, em todos os setores da economia, arrecadou mais de R\$ 88 milhões.

Como forma de reverter esse quadro, o setor agrícola tem utilizado táticas de negociação tributária com o governo, o que já possibilitou eliminação do PIS/Confins. As novas metas da bancada ruralista no Congresso são fazer com que o governo acelere a reforma tributária brasileira, visando à diminuição nos custos de tributação, o fortalecimento dos municípios ao reverter os impostos para eles, a criação do imposto seletivo, a fim de eliminar a guerra fiscal e, principalmente, o fim dos 35% das taxas bancárias, referente a empréstimos, movimentações em conta, entre outros.

De acordo com José Sidney Gonçalves,





Carlo Lovatelli: "Temos que ter isonomia de impostos em todas as cadeias produtivas do agronegócio"

pesquisador do Instituto de Economia Agrícola, IEA, órgão vinculado a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o sistema de cobrança de impostos deve ser revisito. "Não é justo que o produtor rural pague imposto para produzir. Sugiro a criação de imposto único, que deveria ser direcionado ao consumidor, mas de uma forma justa", explica. Para Gonçalves, a cobrança de impostos no Brasil é muito evasiva porque não há como fiscalizar com total eficiência. Por isso, a sonegação fiscal ainda causa grandes prejuízos à agroindústria. De acordo com especialistas do IEA, o prejuízo da sonegação fiscal do setor agroindustrial se dá de uma maneira indireta, pois ela reduz a disponibilidade de recursos para fomentar novos investimentos no setor.

Metodologias

Para Plínio José Marafon, da empresa

Braga & Marafon Consultores, uma das saídas para fortalecer o agronegócio no curto prazo seria a substituição dos principais impostos cobrados ao agricultor, incluindo principalmente o Imposto de Produtos Industrializados, IPI, por uma única contribuição, voltada exclusivamente para o setor rural. "A reforma tributária deve ser feita imediatamente, e com ela, devemos punir os municípios que não cumprirem as novas regras da reforma, com multas, retenção de recursos e de receita", completa Marafon

Adelmor Cheler, membro da Comissão de Tributação da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, Abiove, também concorda que o agronegócio brasileiro deve ter uma cobrança específica, pois, para ele, alimentos essenciais como arroz e feijão, entre outros, não deveriam sofrer tributações.



Adelmor Cheler: "Alimentos essenciais não deveriam ser tributados"